

Incentivo não eleva 'spread'

Brasília — Luciano Andrade

A chamada taxa de incentivo à adesão dos bancos credores ao acordo da dívida brasileira não elevará o *spread* (taxa de risco) da dívida, porque será paga de uma só vez, disse o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. Com essa taxa adicional, o Brasil gastará no máximo US\$ 19 milhões, se todos bancos aderirem no primeiro momento, num prazo ainda a ser definido nas negociações. O adicional — tecnicamente *early commitment fee* — é de 0,375% sobre o montante de refinanciamento dos juros, que deve ficar em torno de US\$ 6 bilhões.

Já o *spread* — a taxa adicional sobre os juros básicos — acertado no sábado será de 0,8125%, a ser pago em cada vencimento das parcelas da dívida. O Brasil espera ter assinado o protocolo do acordo com os bancos — chamado *term sheet* — em março, mas os desembolsos só serão feitos a partir de junho. Nesse intervalo será preciso acertar um financiamento para pagar os juros vencidos mensalmente, já que a disponibilidade brasileira é suficiente apenas para pagar os juros de março (US\$ 230 milhões).

Esse financiamento, segundo Sérgio Amaral, poderá vir em forma de empréstimo-ponte ou de um novo acordo provisório, como o acertado em dezembro. A diferença é que, com um empréstimo-ponte, o país não precisaria usar suas reservas para pagar parte dos juros entre março e junho. Mas o próprio Amaral admitiu que dificilmente os bancos se



Amaral: sem encarecimento

disporão a financiar a totalidade desses juros.

Sérgio Amaral destacou dois pontos que considera positivos no acordo conseguido pelo Brasil: ter sido acertado antes da negociação com o FMI; e em menor prazo do que um novo acordo provisório, que teria custos semelhantes para o país.